

OS “SOLDADOS DE DEUS”: A FRONTEIRA OESTE PÓS- EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

“THE SOLDIERS OF GOD”: WEST BORDER POST-EXPULSION OF THE JESUITS

Glauce Oliveira Marques

Mestre em História pela UFMT

gom0411@gmail.com

Resumo

Este trabalho visa analisar a considerável migração de grupos indígenas missioneiros do lado espanhol para o lado português. Com foco na fronteira Oeste da Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII, a questão principal que o presente estudo procura responder diz respeito às possíveis motivações dessa migração. Para tanto, utilizamos a documentação contida nos “Anais de Vila Bela 1734-1789”, no APMT, (AHU) do Projeto Resgate, e microfilmes – NDIHR, da UFMT.

Palavras-chaves: Missões. Fronteiras. Chiquitos.

Abstract

This work aims to analyze the considerable migration of indigenous groups from Spanish missionaries side to Portuguese side. Focusing on the West of the Captaincy of Mato Grosso border in the second half of the eighteenth century, the main question that this study seeks to answer concerns the possible motivations of this migration. Therefore, we use the documentation contained in the "Annals of Vila Bela 1734-1789", in APMT, (AHU) of Project Rescue, and microfilm - NDIHR, UFMT.

Keywords: Missions. Borders. Chiquitos.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo demonstrar as relações na fronteira Oeste da Capitania de Mato Grosso durante a segunda metade do século XVIII, momento esse, que os jesuítas tinham sido expulsos de suas missões em possessões espanholas, passando a administração das mesmas para os curas.

Se em determinada circunstância os padres foram importantes para os projetos político-administrativos das coroas ibéricas e durante séculos fizeram um trabalho de evangelização, redução e doutrinação dos indígenas para se tornarem vassalos do rei, a partir da segunda metade do século XVIII, os mesmos foram percebidos como criadores de grandes cidades autônomas (as missões) ameaçando o Estado português e espanhol.

Na construção deste texto foram fundamentais os registros elaborados pelos vereadores da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, compilado nos “Anais de Vila Bela 1734-1789”, que apresenta informações dos acontecimentos na fronteira e sobre o interesse dos colonos e dos administradores da Capitania na mão-de-obra das missões espanholas. Levantamos também documentação no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT –, que foi transcrita e analisada. Além dessas, encontramos farta documentação digitalizada do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) do Projeto Resgate, e microfilmes do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, da UFMT.

A região de fronteira luso-espanhola, no século XVIII, necessitava de contingentes humanos que a habitasse e nela trabalhasse, pois a posse da terra só se concretizaria, pela legislação vigente, se houvesse ocupação e exploração dos recursos disponíveis. Era, portanto, necessário aumentar o número de moradores, e para isso os índios das missões, reduzidos por jesuítas eram essenciais, tanto nos territórios da América portuguesa quanto da espanhola.

No lado espanhol, sob domínio dos religiosos jesuítas desde finais do século XVII, as missões transformaram-se, conforme Maldi, em guardiãs das fronteiras castelhanas¹, pois formavam cinturões de defesa contra ataques lusitanos.

¹ MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiões da fronteira*: Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.

Após a saída dos inacianos das missões em 1767, e a entrada de curas e seculares para administrá-las, a dinâmica da fronteira se alterou, com diminuição da vigilância e passou a haver frequência de fugas e de contrabando.

Nessa fronteira menos vigiada, em contexto de acirramento entre as duas Coroas ibéricas, que tomava proporções preocupantes, que procuramos, nas fontes manuscritas e oficiais, pela presença de índios saídos das missões para a Capitania de Mato Grosso.

Após a expulsão dos jesuítas dos territórios castelhanos na América do Sul, a dinâmica nas missões foi modificada com um novo conjunto de práticas econômicas e administrativas, que alteraram suas relações com o restante da colônia². “Essa mudança exigiu da máquina burocrática espanhola na América, a criação de novas formas de relações entre índios missionados e brancos”³. De acordo com Denise Maldí Meireles,

A Audiência de Charcas procurou rapidamente organizar um sistema de governo para Moxos e Chiquitos. O bispo de Santa Cruz de La Sierra, D. Francisco de Ramon Herboso, nomeou para cada missão dois curas, um responsável pelos negócios temporais, outro, pelos espirituais⁴.

Observemos então, que mesmo a tentativa de Herboso em manter as missões em suas estruturas anteriores como, por exemplo, dois padres, um para cuidar do lado espiritual e outro do material, não evitou a decadência das missões. Assim para Justiniano:

No lo es menos que retardó bastante este proceso y lo que es más encomiable, permitió que se dieran ciertas condiciones que posibilitaron la supervivencia de la gran mayoría de sus poblaciones y templos reduccinales, especialmente en Chiquitos⁵.

O regulamento do bispo Herboso, de 1769, estava dividido em duas partes:

Trataba sobre los aspectos espirituales y eclesiásticos, con 36 artículos, en su mayor parte destinados a orientar y normar la conducta de los curas sustitutos y que en reglas generales ponían en blanco y negro las practicas que observaban los expulsos. La otra que contaba con 61 artículos, versaba acerca de asuntos de política y de la temporalidad, especialmente con la relación al tipo de gobierno y a la forma de

² BLOCK, David. *La cultura reduccional de los llanos de Mojos*. (tradução de Josep M. Barnadas). Sucre, Bolívia. Talleres Gráficos, Tupac Katari, 1997. p. 181.

³ BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. Os jesuítas e seus sucessores: Moxos e Chiquitos (1767-1830) In: *Revista de História*, São Paulo, USP. Boletim nº LI, 1974, p. 25.

⁴ MEIRELES, 1989, p. 156.

⁵ JUSTINIANO, Oscar Tonelli. *Reseña histórica social y económica de la Chiquitania*. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 2004, p. 93.

administración de los bienes de las comunidades, con las autoridades indígenas y con los oficios mecánicos y de toda clase⁶.

Pode-se supor que o regulamento do bispo estabeleceu em Chiquitos e Moxos um governo religioso, com semelhança à administração dos jesuítas, ou seja, curas cuidando do espiritual e do material. E um governador representativo, aparentemente com função de fiscalizar o trabalho administrativo que desenvolviam os padres, ou seja, que as Coroas não eram contra a organização política construída pelos jesuítas. Opunham-se à Companhia de Jesus por conta da sua “falta de cooperação”, em ceder indígenas para as diversas atividades.

Con el aditamento de un gobernador laico, que a pesar de lo pomposo del título sólo era una figura meramente formal, porque todas sus disposiciones de gobierno tenían que ser canalizadas a través de la estructura eclesiástica, curas que por supuesto podían trasgevirarlas o ignorarlas, omitiendo transmitir las a los neófitos⁷.

No tempo de Herboso, começou a vigorar um projeto de estabelecimento econômico e religioso nas missões de Moxos:

Consistia en dar allí colados los curatos, imponiéndose á cada cura una cuota anual fija, bien calculada de antemano sobre los rendimientos de la comunidad respectiva y dispuesto todo á la manera de las encomiendas altoperuanas. Esta pensión anual se dividiría en tres porciones; una para auxilio de los feligreses, otra para salarios de gobernador y receptores y la restante para el cura.

E sobre os curas, acrescenta Adrián Melgar y Montaña:

Privados de toda instrucción previa especial, ignorando la lengua comarcana, no alteraron el orden establecido; solo que, como estaban alejados del control de los gobernadores, explotaron las misiones por su propia cuenta aprovechando la libertad de comercio consagrado por el reglamento⁸.

Os seculares mantiveram a administração próxima ao que era a dos jesuítas, investindo menos em valores cristãos dispendiosos à Companhia. O regulamento aplicado

⁶ Idem, p. 95.

⁷ JUSTINIANO, 2004, p. 95.

⁸ MELGAR y MONTAÑO, Adrián. Revista El Archivo, n.º 5, mayo 1936. Tip. La Industrial. Santa Cruz de la Sierra. 2004, p. 97.

nas missões por parte do bispo Herboso se aproximava muito do regime criado pelo Governador de Buenos Aires, Bucareli, para os Trinta Povos. Veremos:

1) Um governador geral para os 30 Pueblos subordinado ao governo de Buenos Aires; 2) um administrador espanhol para cada aldeia encarregada do manejo dos bens, aumento dos mesmos e direção dos naturais recebendo soldo de 300 pesos anuais; 3) dois religiosos, encarregados do espiritual e proibidos de ingerência em assuntos temporais, denominados cura 1º e sotacura, remunerados respectivamente com 300 e 250 pesos anuais. Pela Real Cédula de 1778 passaram a perceber a mesma quantia 200 pesos; 4) um corregedor de índios para cada pueblo, dois alcades, quatro regidores, um aguacil mayor, dois alcades de Hermandad e um mayor-domo, eram previstos⁹.

Na prática, os curas agiram nas missões em benefício próprio e, portanto, poderiam colaborar para as possíveis passagens dos índios para o lado lusitano. O tema foi tratado em diversas cartas do segundo capitão general a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando as deserções dos índios das missões. De acordo com Meireles, em 1778 ocorreu a maior emigração de índios da Província de Chiquitos para Mato Grosso, um grupo de *Saraveka*¹⁰, fato que originou Vila Maria do Paraguai, atual cidade de Cáceres.

Os índios missioneiros, em especial após a expulsão dos jesuítas, quando as missões ficaram sob a tutela dos curas, passaram a ser disputados pelos dois lados da fronteira; ambos desejavam manter um contingente humano necessário para o processo de colonização na fronteira.

Essa apreensão com a ocupação das terras fronteiriças já era evidente em 1760, conforme provam, nos Anais de Vila Bela, as preocupações do capitão general Rolim de Moura, com a criação da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição, em local anteriormente ocupado pelos hispânicos.

O sucessor de Rolim de Moura, o capitão general João Pedro da Câmara (1765 – 1769), enfrentou a ameaça de conflito na fronteira com os espanhóis em 1766:

A 28 de janeiro [1766] e teve a primeira notícia, vinda pelo pedestre Carlos dizendo tinha visto, na estância inimiga, muitos índios fazendo carne seca, como também canoas. Sendo por eles pressentido, tocaram logo armas. Por terra adentro responderam com um tiro de peça, sinal que marchava ou estava exército ali. Vendo isso, cuidou logo em se pôr em porto seguro¹¹.

⁹ BASTOS, 1974, p. 41.

¹⁰ MEIRELES, 1989, p. 161.

¹¹ AMADO, Janaína, ANZAI, Leny Caselli (Org). *Anais de Vila Bela 1734 – 1789*. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 104.

O motivo que levou os lusitanos a se organizarem para um possível conflito foi a tentativa dos espanhóis em avançar as fronteiras e retomar o forte de Nossa Senhora da Conceição, local antes ocupado por uma missão chamada de Santa Rosa, que foi removida para o lado ocidental do Guaporé.

Se os portugueses se organizavam para contra atacar, os espanhóis aproximaram seus exércitos sob o comando do tenente coronel Antonio Aymerich y Santajuana por duas vezes: a primeira, “vino de Buenos Ayres á el Alto Perú ya en edade madura y con el grado de teniente coronel efectivo. Figuró en la primera expedición á Matogroso. Tan luego como ésta se disolvió y quedó en nada”¹². A segunda, em setembro de 1765:

... marchó de dicha capital, al mando del batallón Potosí, en la segunda expedición, la del presidente Pestaña á la Estacada. Lhamábase así el campo atrincherado que formaron los portugueses á la orilla derecha del Itenes, frente á frente de la desembocadura común del Itonamas y del Machupo. También quedó en nada esta famosa expedición¹³.

A localização à qual se refere o trecho acima citado diz respeito à Fortaleza Nossa Senhora da Conceição, destacamento militar que abrigava muitos índios vindos do lado espanhol. No registro seguinte apresentamos a passagem de indígenas especificamente da missão de São Simão de Moxos para o lado lusitano:

Aos 29 do dito (1766) chegaram a esta fortaleza uns índios, cujo número constou de oito, que vieram da missão de São Martinho, os quais trouxeram umas chapas, placas de açúcar para o escrivão da Fazenda Real, Gregório Pereira de Sousa, e umas cartas para o reverendo capelão. E aprisionaram os ditos nesta fortaleza, os quais foram logo remetidos ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General, por dizerem traziam uma carta para ele, de outro seu camarada, e que, sem dúvida, naquela seca, nos punham os castelhanos guerra¹⁴.

Confrontando essa informação com outra fonte levantada, evidencia-se que o capitão general João Pedro da Câmara havia ordenado que todas as canoas que passassem próximo da fortificação fossem observadas, revistadas e até detidas. Assim, a canoa com os víveres e os indígenas referidos acima, foram levados até a fortaleza pelos portugueses,

¹² MORENO, Gabriel René. *Catálogo del Archivo de Mojos e Chiquitos*. La Paz, Bolívia. Libreria Editorial Juventud, 1973, p. 321.

¹³ Idem, p. 321.

¹⁴ AMADO; ANZAI, 2006, p. 104.

como é possível observar nas palavras do capitão: “parece-me justo mandar fazer represália em todas as canoas suas que passassem por aqui e, com efeito, se conseguiu em uma que vinha de São Martinho, com alguma carga de açúcar e dez índios”¹⁵.

A respeito dos indígenas que foram levados ao capitão general por lhe trazerem uma carta, há um registro:

Aí lhe encontraram os índios que tinham prendido, remetido, os quais traziam uma carta em que acima se fala de um fulano, Estácio, em que dizia que tendo ocasião de se passar para cá, que havia de fazê-lo, e que todos os mais índios desejavam o mesmo, e que, sem dúvida, a guerra era certa¹⁶.

A citação anterior é o trecho de uma carta enviada ao capitão general da Capitania de Mato Grosso João Pedro da Câmara, sobre o desejo do índio Eustáquio de cruzar a fronteira. E o capitão general relata ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o fato de indígenas do lado espanhol desejarem atravessar a fronteira:

Chegou a esta fortaleza o referido índio [Estácio], de São Martinho, com mais trinta e quatro, e me disse que todos os outros se acham já fugidos no mato para tomarem o mesmo caminho, por querem os padres obrigar a vir a guerra. Todos trazem as suas setas [flechas] envenenadas, o que tinham feito por ordem dos mesmos bons religiosos. Eu lhes mandei fazer logo casa a pouca distância desta fortaleza, e todo o instante estou esperando que cheguem os outros, dos quais me dizem que passarão de quinhentos¹⁷.

Tanto as informações obtidas nos Anais de Vila Bela, quanto aquelas levantadas no Arquivo Histórico Ultramarino descrevem minuciosamente os preparativos dos portugueses para um possível conflito armado com os espanhóis que ocupavam a fronteira ocidental, evidenciada com a chegada de reforço na fortaleza, de homens e munição, cirurgião e índios fugidos.

Essa ameaça de retomar o território ocupado por lusitanos, que pertencia à coroa espanhola de acordo com vários Tratados já mencionados neste texto, levou o capitão

¹⁵ Ofício do [governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso] João Pedro da Câmara Coutinho [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre as medidas que tomou para repelir os castelhanos e as informações que os índios tem fornecido. 1766, Junho, 20, Nossa Senhora da Conceição – AHU-ACL-CU-010-CX. 13. DOC 783.

¹⁶ AMADO; ANZAI, 2006, p. 105.

¹⁷ AHU-ACL-CU-010-CX. 13. DOC 783.

general João Pedro da Câmara a tomar medidas para fortificar o Sítio das Pedras, mandando colocar nele quarenta homens de Ordenança¹⁸, examinando depois o rio dos Barbados e do Jauru, estabelecendo nessa região destacamentos, pois os castelhanos poderiam entrar por esses rios¹⁹.

Aos indígenas que passavam pela fortificação eram oferecidos acolhimento e quinquilharias, e em troca esperava o capitão general obter informações sobre qualquer movimentação dos espanhóis:

Como eu havia mandado fazer bem agasalhos aos índios castelhanos que por aqui passeavam dando-se lhes sempre algumas quinquilharias, em agradecimento disso, logo que chegaram as tropas as missões, me fez aviso um índio de Magdalena, por traz em uma canoinha que vinha aquela gente para atacar a fortaleza. Outro da missão de São Martinho me escreveu a carta que remeto a Vossa Excelência, que trouxe seu irmão e não quis voltar²⁰.

No entanto, havia uma rota inversa, pois escravos negros e pedestres desejavam adentrar territórios castelhanos. Nos Anais de 1767, há registros sobre as fugas de escravos e pedestres para os domínios castelhanos, tanto quanto de índios fugidos de Castela que haviam passado para a parte portuguesa:

A 15 do dito mês [1767] chegaram os soldados da fortaleza, índios e pedestres que, por todos, fazia o cômputo de 107. Desses morreram pelo caminho dez, dos quais não estou ciente. Trouxeram por notícia tinha rodado para o Pará cinqüenta, digo, noventa índios, junto com Ilário Ferreira, como também foram os fugidos que de Castela tinham passado para a nossa parte²¹.

Em 1768, a Capitania de Mato Grosso era administrada pelo governador Luís Pinto de Sousa Coutinho, que escreveu ao presidente de Charcas, “requerendo-lhe a restituição dos escravos negros que tinham fugido para os domínios do Peru, em conformidade com as leis de boa correspondência, subsistente entre as duas monarquias”²², da mesma forma, exigiam os jesuítas de volta os indígenas que haviam cruzado a fronteira para o lado lusitano. De acordo com Monique Lordelo de Souza, “o acordo nem sempre era

¹⁸ Prestação de serviços gratuitos que eram obrigatoriamente engajados todos os súditos em condições de tomar armas. In: MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. 2006, p. 29-56. Para saber mais: LEONZO, Nanci, 1979.

¹⁹ AHU-ACL-CU-010-CX. 13. DOC 783.

²⁰ AHU-ACL-CU-010-CX. 13. DOC 783.

²¹ AMADO; ANZAI, 2006, p. 123.

²² Idem, p. 125.

cumprido, já que havia interesse dos religiosos das missões na presença daquela mão-de-obra”²³.

Eram também corriqueiras notícias sobre a fuga de negros escravos para o lado espanhol, e a entrega deles, pelos castelhanos, na fortaleza:

Hoje que se contam 5 do corrente [janeiro de 1771], chegou a este forte o cabo Francisco José Teixeira, da diligência a que tinha ido a Espanha trazendo três pretos, pertencentes um a Sua Majestade, outro a João José de Noronha, e o último ao soldado Sebastião Cardozo²⁴.

Afirma ainda Monique Lordelo, que as expedições à procura de escravos oneravam os senhores e as autoridades coloniais, pois estas poderiam demorar meses pelos sertões. Apresenta também, um documento em que o primeiro capitão general Rolim de Moura ordenou um pagamento específico aos capitães do mato, de acordo com a distância em que eram capturados os escravos, como podemos conferir abaixo:

Escravo apanhado desde o Rio Jauru até ao Rio Sepotuba, pela entrada de baixo, desde o Rio Jauru até o Paraguai, e para a parte do Norte apanhado nos quilombos antigos no Rio Galera e seus sertões, e pelo Guaporé abaixo, desde o Sítio de Santa Rosa até a última cachoeira deste distrito, cinqüenta oitavas de ouro. Escravo apanhado nas entradas dos matos dos quilombos nas vizinhanças do Rio Guaporé para a parte destas minas, e pelo Guaporé abaixo, desde o porto de João Belo até a Casa Redonda, vinte oitavas de ouro. Escravo apanhado nas vizinhanças dos arraiais até seis léguas de distância, e pelo Rio Guaporé abaixo ou para cima, quatro oitavas de ouro, e os dias até chegar a esta Vila, a oitava por dia²⁵.

Voltemos às relações entre indígenas e portugueses na fronteira. No ano de 1772, o comandante do Forte de Bragança enviou correspondência ao capitão general Luis Pinto de Souza Coutinho, relatando o envio de indígenas ao local de onde vieram quando era diretor o cura Pedro Corrêa:

Do destacamento de Palmela²⁶, pela penúltima canoinha que veio dessa, me enviaram cinco índios e duas índias pertencentes ao lugar delas, que andavam fugidos desde o tempo que foi diretor Pedro Corrêa, os quais mandei repor ao referido lugar entregando-os ao seu diretor²⁷.

²³ LORDELO, Monique Cristina de Sousa. *Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, 2010, p. 90.

²⁴ APMT FNSC CA. 0018 Caixa 001, 1771, janeiro, 05 – Forte de Bragança.

²⁵ APMT, 1755, C 06: 100. Apud: LORDELO, 2010, p. 92.

²⁶ Lugar lusitano.

²⁷ APMT FNSC CA. 0024 Caixa 001, 1772, outubro, 04 – Forte de Bragança.

Segue relatando que o mesmo diretor da missão enviara dois índios ao comandante do forte para que “os mantenha em calcetas” [presos], dando-lhes ração e forçando-os ao trabalho existente na fortaleza, e aplicando a eles “os mesmos tratos dos degredados”. E o diretor pede produtos ao comandante do Forte:

O já referido diretor me pediu para aquele lugar 28 foices e 6 machados, os quais lhe mandei dar para se lhe descontar nos mantimentos que der para estes armazéns, e suposto me pareça que neste ano pouco me dará ficará esperando para o futuro, que entendo também mal chegará os seus produtos para as despesas ou para o que já deve a Fazenda Real²⁸.

Há no Arquivo Público de Mato Grosso um documento, datado de 1771, com a notícia que trouxe o cabo Francisco José Teixeira ao capitão general Luis Pinto de Souza Coutinho a respeito das reclamações que fizeram os índios da missão de São Pedro ao seu cura, alegando que os lusitanos haviam furtado os cavalos pertencentes a eles²⁹. Porém, o capitão general mandou averiguar, e chegou à conclusão de que os índios haviam vendido os cavalos³⁰. Esses mesmos índios haviam dito ao administrador da missão de São Pedro, que no “sítio chamado a Barranca se achava um capitão português com grande escolta de gente”, o que, segundo o administrador era “pura mentira e falsidade”, já que os oficiais daquele forte “não sabiam ir contra as suas ordens quando Vossa Excelência nos recomendava a boa convivência que havíamos de ter com o nosso vizinho”³¹.

Os índios acusavam o roubo de seus cavalos por portugueses que se encontravam no lado ocidental da fronteira, ou seja, em território espanhol, e a análise dessa documentação nos leva a considerar a possibilidade de estarem praticando comércio clandestino, confirmando o que registrou Meireles sobre a diminuição no número de gado de Moxos, “de forma notável, enquanto o aumento do gado português, em contrapartida, foi considerável”³². Visto que, de acordo com Chiara Vangelista “el ganado, en fin, era la principal riqueza de Moxos e Chiquitos, y como todas las fuentes castellanas ponen en evidencia, era la mejor garantía de la coesión y estabilidad de las misiones”³³.

²⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹ Missão de Moxos.

³⁰ APMT FNSC CA. 0018 Caixa 001, 1771, janeiro, 05 – Forte de Bragança.

³¹ APMT FNSC CA. 0018 Caixa 001, 1771, janeiro, 05 – Forte de Bragança.

³² MEIRELES, 1989, p. 156.

³³ VANGELISTA, Chiara. Las relaciones hispano – portuguesas en el norte de Mato Grosso, siglos XVIII-XIX. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 9, julho de 1998, p. 40.

Registram os Anais de Vila Bela, que no mesmo ano de 1771 chegaram à Vila Capital índios fugidos das missões dos domínios hispânicos contando que “houvera grandes cheias de águas e se arruinaram algumas povoações, e se perderam muitos mantimentos nas roças, e muito gado morreu pelos campos, causado pelas grandes chuvas”³⁴. Portanto, desastres naturais também faziam com que os índios procurassem novos locais para viver, ultrapassando fronteiras políticas que não compreendiam.

Para Vangelista esta movimentação na fronteira se estabelece em duas fases:

La primera se situa inmediatamente después de la expulsión de los Jesuitas; la repentina desaparición de los padres en las reducciones provocó una fuerte dispersión de los Moxos, muchos de los cuales, por el miedo de nuevos tributos, se dirigieron al otro lado de los confines, bajo da influencia portuguesa³⁵. La segunda fase en pleno gobierno de los curas, muestra una intensificación de las tensiones políticas y sociales internas a los pueblos, y por dos motivos: el primero la ruptura del equilibrio político, debida a la substitución de los caciques tradicionales con nuevas personalidades emergentes, más fieles a los curas mismos, el segundo – como ya señalé anteriormente – la caída vertical de las reservas de ganados³⁶.

E ainda em 1771, além das informações contidas nos Anais de Vila Bela sobre a entrada de índios das missões castelhanas em território luso, aos 14 de janeiro do referido ano, Luís Pinto de Sousa Coutinho, então o terceiro governador da Capitania de Mato Grosso enviou ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, à época, Martinho de Melo e Castro, sobre as movimentações dos espanhóis:

Depois da carta que dirigi a Vossa Excelência, de ofício em data de 28 de maio próximo passado, a respeito do movimento dos espanhóis recebi do comandante do Forte de Bragança repetidos avisos, anunciando-me a pronta chegada das tropas castelhanas de Chuquisaca à província de Moxos, conforme a notícia que trouxeram os índios desertores ainda novos³⁷.

Em 1773, sob governo de Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres (1772-1789), é possível verificar o papel destinado aos índios das missões, mais especificamente os que habitavam nas imediações dos fortes e fortalezas, como demonstra o documento abaixo, enviado do Forte de Bragança para o quarto capitão general:

³⁴ AMADO; ANZAI, 2006, p. 179.

³⁵ VANGELISTA, 1998, p. 43.

³⁶ Idem, ibidem.

³⁷ APMT FNSC CA. 0030 Caixa 001, 1771, janeiro, 14 – Forte de Bragança.

Pelo o que toca ao lugar de Leomil³⁸, pelo referido mapa, verá Vossa Excelência o pequeno número de sua povoação; e por isso me atrevi a recomendar ao tenente comandante enviasse daqui em diante para ele todos os índios que viessem das missões de Espanha³⁹.

Luís Pinto de Souza Coutinho se manifestou a respeito com prudência, demonstrando a importância da fixação, na capitania, dos índios vindos das missões:

Os índios do mesmo lugar se acham bastante destituídos de roupa, e como me consta, são já credores da Fazenda Real. Será conveniente satisfazer-se lhe com baeta, chapéus e camisas riscadas e algum pano de algodão, e riscadinhos para as saias das mulheres, pois eles não querem quinquilharias⁴⁰.

A povoação de Leomil, território lusitano situado na margem esquerda do Guaporé, habitada majoritariamente por indígenas, segundo o relatório de Luís Pinto de Sousa Coutinho repassado ao seu sucessor Luiz de Albuquerque havia apresentado “muito boa roça este ano, e tem principiado a cortar madeira para edificar suas casas, pois todos se achavam ainda se habitando em choças”⁴¹.

Outra povoação importante para a defesa da fronteira, e também como entreposto comercial foi Lamego, situada também à margem esquerda do Guaporé, e habitada em sua maioria por indígenas:

Os do lugar de Lamego vão também principiando a reformar as suas (casas), e ao diretor deixei muito bem recomendado lhes fizesse concluir este ano. Quanto às plantações que fizeram, me consta que são suficientes, de sorte que não há nada que temer de que a colheita seja escassa nestes sítios. Porém, como tem ido muitos índios das duas povoações para esta Vila é preciso que Vossa Excelência os faça despachar sem a menor perda de tempo, porque de outra sorte lhe atrasarão muito os trabalhos, e juntamente é preciso que venha logo o padre para a dita povoação⁴².

A Coroa espanhola solicitava a devolução dos indígenas que atravessavam para o lado lusitano, que eram enviados para habitar povoações na fronteira. Identificamos nos

³⁸ Lugar português, com cerca de vinte pessoas, todos índios. MEIRELES, 1989, p. 156.

³⁹ APMT FNSC CA. 0031 Caixa 001, 1773, janeiro, 23 – Forte de Bragança.

⁴⁰ Idem, ibidem.

⁴¹ Idem, ibidem.

⁴² APMT FNSC CA. 0031 Caixa 001, 1773, janeiro, 23 – Forte de Bragança.

Anais de Vila Bela, exatamente em 30 de abril de 1773, uma das argumentações para sua não devolução: “pois, são livres e podem residir onde quiserem”⁴³.

Uacury Ribeiro de Assis Bastos, no “Auto de Visita relatado pelo ouvidor fiscal Sebastian Antonio Toro da Audiência de Charcas” registrou, em relação aos índios de Chiquitos:

Analizando o asilo concedido pelos portugueses aos índios fugitivos de Chiquitos, em relação ao direito das gentes, estabelece duas categorias do referido direito: o primordial e o convencional. O primeiro é inerente à própria pessoa humana. Dele decorre o direito de asilo para aqueles que são oprimidos por seus dirigentes. O segundo, o pacto baseia-se em cláusulas existentes nos tratados. Neste caso situam-se a obrigatoriedade de devolução dos escravos prófugos, de criminosos e ladrões⁴⁴.

Continua Uacury Bastos a descrever o pensamento a respeito do indígena de Chiquitos na compreensão do ouvidor fiscal:

Pela legislação de Sua Majestade é uma população livre e, portanto, gozando do direito de transmigrar de um domínio para outro ao sentir-se oprimida. Admite que em outras épocas tenham sofrido violências de governadores e curas que não só os exploravam, como se vestiam e enriqueciam, despojando-os de seus bens⁴⁵.

O ouvidor fiscal afirmava que havia indígenas que fugiam por terem dívidas com o monarca e por isso era necessário serem devolvidos:

... como cidadãos livres têm o direito de asilarem-se em outro domínio, mas como devedores de tributos que não lhes foi imposto por razões que se fundamentam na incapacidade e irresponsabilidade dos mesmos, situa-se entre os que fogem por razões de dívidas⁴⁶.

Em carta de 29 de julho de 1773, enviada a Luiz de Albuquerque pelo comandante da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição, fica evidenciada a relação oficial cordial que havia entre os portugueses e os curas das missões de Castela:

Remeto a Vossa Excelência a carta do cura de Magdalena e, ao mesmo tempo, a do governador de Moxos, para Vossa Excelência ver o que ela contem, como também um bilhetezinho do dito governador⁴⁷.

⁴³ AMADO; ANZAI, 2006, p. 188.

⁴⁴ BASTOS, 1974, p. 20.

⁴⁵ Idem, p. 21.

⁴⁶ Idem, ibidem.

⁴⁷ APMT FNSC CA. 0045 Caixa 001, 1773, julho, 29 – Forte de Nossa Senhora da Conceição.

Essa correspondência levanta a possibilidade de existência de comércio entre os dois lados da fronteira, provavelmente incentivado, como verificamos no documento abaixo do ano de 1774, incitado pelo capitão general:

Tem-se, com efeito, conseguido mediante certa cautela e dissimulação recíproca entre o comandante desta mesma fortaleza e algum contrabandista das missões da fronteira, o transportar aqui bastantes cavalos, algumas mulas e bois, além de várias manufaturas dos mesmos espanhóis, de pouco valor⁴⁸.

E continuam as tentativas no ano seguinte em que o capitão general Luiz de Albuquerque envia carta ao ministro Martinho de Melo e Castro, em fevereiro de 1775, lhe passando as novidades e “dando conta de que continuavam as negociações para manter o comércio com os espanhóis”⁴⁹, que vinham tentando estabelecer de maneira mais contínua.

Nauk Maria de Jesus trata a respeito do contrabando na fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso, e aponta que, se no governo de Rolim de Moura fora recomendado evitar o contato com os espanhóis, já no do quarto capitão general Luiz de Albuquerque houve incentivo a ele⁵⁰. E mais, apresenta-nos a viagem feita pelo alferes Manoel José da Rocha do Amaral em 1775, para a Província de Moxos, o que demonstra o estreitamento de contato:

Esta viagem foi ordenada pelo governador e o seu relato revela as possibilidades de efetivação do comércio, assim como a participação de autoridades laicas e religiosas dos domínios hispânicos nos negócios. Este último dado evidencia a existência da formação de uma rede comercial que estava sendo tecida entre os dois impérios ibéricos por meio da fronteira oeste⁵¹.

⁴⁸ Ofício [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre as dificuldades para o estabelecimento do comércio com os castelhanos. 1774, Janeiro, 24, Fortaleza da Conceição – AHU-ACL-CU-010-CX. 17. DOC 1059.

⁴⁹ Ofício do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro em que informa que não tem cessado as diligências para promover o comércio com os espanhóis. AHU-ACL-CU-010-CX. 17. DOC 1096.

⁵⁰ JESUS, Nauk Maria de. Disfarces e cautelas: o governo de Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres e o contrabando na fronteira oeste da América portuguesa. *Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anaais 2008, p. 1.

⁵¹ Idem, ibidem.

Para Luiza Ricci Rios Volpato, “tanto as relações conflitivas como o intercâmbio ilegal se desenrolaram em um meio caracterizado pela pobreza dos recursos e a baixa de produção das antigas reduções”⁵².

Após a expulsão dos jesuítas dos domínios hispânicos e a “instalação da administração secular das missões, a prática de contrabando acabaria por se tornar uma prática regular”⁵³. Tanto que os Anais de Vila Bela registram, no ano de 1775:

Em 17 desse mês (maio) entraram pela via de Chiquitos em direitura ao porto do Jauru, distante desta vila 35 léguas, a leste, pouco mais de duas léguas do marco que plantaram, a futura demarcação do sul, cinco contrabandistas castelhanos com uma partida de cento e tantas mulas suficientes, que foram de bem raridade neste país⁵⁴.

O documento citado acima nos leva a pensar na possibilidade de alguns indígenas adentrarem na Capitania trazidos e negociados pelos contrabandistas. Ao retornar, os mesmos contrabandistas foram acompanhados por colonos lusitanos que chegaram até a missão de São Pedro e compraram dos índios “duzentas cabeças de gado vacum, por preço muito módico, a troco de fazendas e quinquilharias”⁵⁵.

E continua, registrando a chegada de índios no dia 25 de novembro de 1775, como também de contrabandistas:

Em 25 do mesmo mês entraram pelas portas do registro do Jauru três passadores castelhanos (D. Gabino e D. Jacinto, o terceiro não identificamos), dirigidos desde a cidade de Córdoba e de Salta, em Tucumán⁵⁶. Gastaram um ano de viagem. Conduziam-se por 15 peões, ou tocadores, 563 bestas, machos e mulas. Traziam algumas poucas pratas para negociarem. Foram recebidos com agasalho e com modos de boa hospitalidade. Esses mesmos espanhóis já comerciaram entre a escala de Buenos Aires e a Colônia de Sacramento. No mesmo dia entraram no dito registro 25 índios da missão de São João, com trezentos bois e 11 cavalos⁵⁷.

⁵² VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo, Hucitec, 1987, p. 14.

⁵³ FERREIRA, Mário Clemente. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no Século XVIII: notas de uma investigação. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Biblioteca Digital Camões. http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/mario_celemente_ferreira.pdf [?] p. 4.

⁵⁴ AMADO; ANZAI, 2006, p. 198.

⁵⁵ Idem, ibidem.

⁵⁶ Regiões localizadas atualmente na Argentina.

⁵⁷ AMADO; ANZAI, 2006, p. 201.

Além do contrabando praticado mesmo antes da expulsão dos jesuítas em menor escala, e no período de pós-expulsão de maneira intensificada, a documentação analisada registra alguns casos de roubos de índios por parte dos colonos lusitanos desde o governo do primeiro capitão general, como se pode observar: “já estavam na Fortaleza não porque querem, se não por não privar-se de suas mulheres, que entrando-se os portugueses de noite as levaram”⁵⁸. Em correspondência enviada a Rolim de Moura, o padre Juan de Beingodea escreveu:

Sem esperar sua determinação mandei aos capitães que dissessem que todos (índios) que voluntariamente quisessem ir a São Pedro seriam ali atendidos e recebidos com todo amor. Foi tal o negócio que reconheci neles que queriam vir, todos, e se tivessem canoas o tinham feito, por que me consta estão horrorizados e temendo vingar por eles os portugueses de noite, e os levem como levaram os outros⁵⁹.

É farta a documentação que se refere à entrada de índios das missões castelhanas da fronteira, especificamente das de Chiquitos e Moxos, para a Capitania de Mato Grosso. Após a expulsão dos jesuítas, essa movimentação se intensificou como podemos conferir abaixo:

Nos fins desse mês (novembro de 1775), entraram nesta Capitania 12 índios pelo Registro do Jauru, fugindo da missão de São João de Chiquitos. Foram eles os primeiros que entraram por aquela parte. Pouco depois vieram outros índios. Sendo uns e outros recebidos com agasalho, foram mandados por sábia providência de Sua Excelência para a aldeia da Chapada do Cuiabá, em que há índios portugueses e também castelhanos vindos da missão de Exaltação e de outras, a fim de que não dêem tão facilmente execução a variedade de sentimentos que faz o seu caráter⁶⁰.

Observe-se que os índios que cruzavam a fronteira eram alocados em lugares onde já se encontravam outros grupos, sem qualquer cuidado com suas diferenças culturais, de modo semelhante ao que havia acontecido nas missões jesuíticas.

Em 1777, durante o governo de Luiz de Albuquerque chegou a notícia de que algumas medidas haviam sido tomadas pelo governador de Santa Cruz para tentar diminuir o contrabando e vigiar os indígenas:

⁵⁸ APMT – Livro de registros de bandos, portarias, editais e cartas expedidas (1751-1763). C 05 CAPÍTULO 152 folha 81/82.

⁵⁹ Idem, ibidem.

⁶⁰ AMADO; ANZAI, 2006, p. 201.

Também se deu a notícia que pela Audiência de Charcas ou pelo governador de Santa Cruz fora expedido um oficial com destacamento de soldados, que, dividindo-se em três partes, deverão residir nas missões de Loreto, Exaltação e Magdalena, a fim de vigiarem sobre a quietação e sossego dos índios, e de acautelarem os contrabandos⁶¹.

É interessante ressaltar que em algumas correspondências trocadas entre representantes lusitanos encontramos por diversas vezes as palavras “índios fugidos”, o que levanta a questão de sua utilização: seriam realmente índios fugidos, por conta dos maus tratos dos seculares nas missões no período pós-expulsão? Ou seria para justificar a presença deles no lado português às autoridades espanholas, caso fosse solicitada sua devolução?

Nos registros dos 17 anos de governo de Luiz de Albuquerque há frequentes informações no que se refere à passagem de indígenas das missões de Chiquitos e Moxos para o lado lusitano, tanto nos Anais de Vila Bela como em fontes manuscritas encontradas no Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, e no Núcleo de Documentação e Informação Histórico Regional – NDIHR. Essa documentação indica a existência de uma movimentação que ocorria por diversos motivos, podendo ser o roubo das mulheres indígenas – forçando seus companheiros a irem procurar por elas e se fixar em território lusitano –, ou pela facilidade de entrada e negociação de colonos lusos nas missões castelhanas, sob a administração dos curas. Então, o estabelecimento dos indígenas se deu algumas vezes por vontade própria, outras por serem compelidos a atravessar as fronteiras. Em todo caso, estavam inseridos no contexto, partícipes por vontade ou por imposição do jogo político da época.

Outro fator que pode ter contribuído para a saída de grupos indígenas estabelecidas nas missões de São Martin, São Simão e São Borja, localizadas na parte ocidental, foi o seu completo abandono, por conta da escassez de curas para administrarem todas as antigas reduções:

Se bien la Corona se había propuesto enviar curas a todos los centros jesuíticos, la necesidad de encontrar sustitutos para las reducciones de Chiquitos y Mojos, superó la disponibilidad de candidatos de Herboso; sin embargo, este encontro seis curas que acompañaron a las tropas españolas que ejecutaron la orden de expulsión. Eimeric destinó seis curas a las principales reducciones del Mamoré Loreto, Trinidad, San Javier, San Pedro, Santa Ana y Exaltación y refundió las restantes

⁶¹ Idem, p. 210.

ordenando simultaneamente el abandono de San Martín, San Simón y San Borja⁶².

Os portugueses que incentivavam os indígenas para ultrapassarem a fronteira orientavam-lhes sobre o local que deveriam permanecer, e lhes forneciam alguns pertences, atribuindo-lhes dívidas com a Real Fazenda, para que ficassem vinculados ao trabalho, principalmente em Leomil e Lamego, e os fortes, como o de Bragança e o Príncipe da Beira.

Ao tratarmos neste texto sobre as fortificações portuguesas se faz necessário descrever sobre seu estado de conservação e manutenção, para que seja compreendido o interesse dos lusitanos em enviar indígenas das missões a essas localidades. Assim, encontramos informações que descrevem o estado físico do forte de Bragança:

Este forte presumo, terá este ano mantimentos necessários para a sua manutenção, assim de farinha como de carne, e não lhe será preciso mais do que feijão e sal, pois me consta não há muito. A fortaleza está em mau estado porque a cortina do rio ameaça sempre ruína grande. Porém, se as cheias não forem grandes, poderá resistir dois anos. Os quartéis e a casa de residência de Vossa Excelência estão muito danificados, e carecem nesta seca de reparos, assim como a casa das canoas, que se acha quase toda por terra⁶³.

Segue o relato sobre as necessidades do forte de Bragança:

Do mapa mensal que deve remeter o dito comandante constará a Vossa Excelência o estado da sua guarnição, e me parece serão precisos ainda mais alguns dragões para completar o detalhe do serviço, porém, do que mais se necessita é de pedestres, pois não fica aqui quase algum para a menor diligência⁶⁴.

A necessidade de pedestres em muitas situações era sanada com negros, bastardos, caribocas, desde a primeira metade do século XVIII, informação obtida através da carta que Rolim de Moura enviou a D. José I sobre os soldados pedestres, em 25 de fevereiro de 1757, provavelmente prática também utilizada durante o governo de Luiz de Albuquerque:

Os soldados pedestres desta capitania são enquanto ajustou [sic] das qualidades seguintes: bastardos (por isto cá na América se entende filho de branco com índio), mulatos, caribocas (isto é, filho de preto e índio,

⁶² BLOCK, 1997, p. 183.

⁶³ APMT FNSC CA. 0032, Caixa 001, 1773, janeiro, 23 – Forte de Bragança.

⁶⁴ Idem, ibidem.

e estes são ordinariamente os que melhor provam), e também se admite algum índio puro, principalmente Bororos, pela habilidade que têm de serem bons rastejadores, o que é de grande utilidade nas diligências. Andam sempre descalços de pé e perna, o seu único vestido é um jaleco e umas bombachas⁶⁵.

Suelme Evangelista Fernandes discorreu sobre índios atuando também como pedestres no forte Príncipe da Beira:

As demais companhias eram na maior parte compostas por colonos pobres ou empobrecidos advindos da colônia ou do reino, negros forros/escravos e índios, com pouca habilidade no manuseio de armas de baixo calibre, porém com bom preparo físico. A de pedestres, por exemplo, era formada por mulatos e índios que andavam descalços, armados de facão. Seus integrantes eram definidos como muito úteis, tanto nos rios como na terra⁶⁶.

No governo de Luiz de Albuquerque, vilas foram fundadas para servirem de apoio à navegação no Guaporé, como o Destacamento de Palmela, de Albuquerque, e de Vila Maria do Paraguai, para provavelmente estimular o comércio de maneira discreta com os espanhóis. E as fortalezas foram construídas para estabelecer a proteção na fronteira e fomentar o crescimento demográfico, preocupações constantes durante a administração dos capitães gerais da Capitania de Mato Grosso.

Também chegavam índios das missões de Chiquitos na Vila Capital, como foi registrado em 1779 nos Anais de Vila Bela:

No dia 13 deste dito mês (junho) chegaram a esta Vila sete índios da aldeia de Santa Ana, da Província de Chiquitos, que fica nestas vizinhanças, dizendo que vinham visitar e cumprimentar a Sua Excelência. Nos dias 17, 19, 21 e 22 de agosto [1779] chegaram mais outros índios. Todos foram benignamente tratados por Sua Excelência, mandando repartir por eles algumas camisas, lenços, faca e outras quinquilharias⁶⁷.

E continuam chegando os índios das missões de Chiquitos para o lado lusitano ano após ano: “em 30 deste mês (julho de 1782), foram mandados para Vila Maria do Paraguai

⁶⁵ PAIVA, Ana Mesquita Martins de; SOUZA, Maria Cecília Guerreiro de; GEREMIAS, Nyl-Iza Valadão Freitas. *D. Antonio Rolim de Moura, primeiro Conde de Azambuja* (correspondências). Compilação, transcrição e indexação. (coleção documentos ibéricos – série: Capitães-gerais, 2) Vol. I, Cuiabá: NDIHR, Imprensa Universitária, 1982. p.47.

⁶⁶ FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa* (1776-1796). Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História – ICHS/UFMT, 2003, p. 54 e 55.

⁶⁷ AMADO; ANZAI, 2006, p. 221.

seis índios que vieram fugidos das missões de Espanha, buscando asilo como homens livres”⁶⁸. Ainda há o relato do mesmo ano apresentado em Câmara pelo vereador e alferes Gregório Pereira:

No dia 20 (julho) chegou o porta-estandarte Manoel Portilho Leite das missões de Santa Ana e Santo Inácio de Chiquitos, com o cadete Vitoriano Lopes de Macedo, aonde tinham levado umas cartas de Sua Excelência para o governador de Santa Cruz, dizendo que aquela missão, isto é, a primeira delas, estava em um terreno alto e desembaraçado, mas que era pobre, e que só bebia água de cacimbas ou pequenos poços, tenho apenas duas mil almas. Disseram mais: acharam abandonadas as estâncias que se diziam de São Xavier e São Joaquim, que só nesta havia uma capelinha, vários casais de índios e uma pequena guarda de milícias⁶⁹.

Podemos concluir que ao trazer à luz da atualidade, as fontes oficiais portuguesas demonstram a todo o tempo a constante inquietação com a fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso por parte dos capitães gerais, adotando assim medidas de estabelecimento para poder ter tal espaço como pertencente a coroa lusitana. Contando com os indígenas para atingir êxito e por vezes sendo aliados ou inimigos dos mesmos.

Entendemos ainda que meios para seduzirem, ou melhor, incentivar a movimentação dos indígenas das missões para o lado lusitano fora feito. Desde a colocação desses em território fronteiriço, residindo nos fortes ou em outra localidade para servir de contingente e por vezes de contenção ao avanço espanhol. Pois, para ocupar era necessário povoar e tal intento teve seu objetivo alcançado pelo Estado português em maior escala no período pós-jesuítico, situação de abertura por parte dos curas à entrada de pessoas estranhas às missões que antes não era permitido pelos padres.

“Bons ou maus” e neste texto não cabe o julgamento às formas como os jesuítas conseguiram cumprir com a política dos Estados ibéricos, o fato é que durante séculos os mesmos obtiveram êxito e pelo tempo que foram úteis continuaram com suas catequizações, pregações, expansões, ensinamentos e foram importantes para conter o avanço dos portugueses em possessões espanholas. Nesse sentido, entendemos que novas formas de ressignificação dos espaços, das dinâmicas, das relações foram criadas a partir desses contatos.

⁶⁸ Idem, p. 234.

⁶⁹ AMADO; ANZAI, 2006, p. 234.